

Orçamento: Capes perde R\$ 2 bilhões em dois anos

> **No CNPq, o governo contingenciou R\$ 572 milhões. Cenário para 2018 é pessimista. Adufrj participou de audiência em Brasília sobre cortes**

ELISA MONTEIRO

elisamonteiro@adufrrj.org.br

O Ministério da Ciência e Tecnologia começou 2017 com um orçamento de R\$ 5 bilhões, valor 45% inferior ao que a pasta administrava há apenas quatro anos. Mas sucessivos cortes fizeram as verbas despencarem para apenas R\$ 3,2 bilhões. Isto é, 36% a menos. O CNPq, vinculado ao MCTIC, tinha orçamento previsto de R\$ 1,3 bilhão, mas em abril sofreu contingenciamento de R\$ 572 milhões. No MEC, outro pilar de sustentação das pesquisas no país, mais uma má notícia: somente a Capes perdeu R\$ 1 bilhão por ano desde 2015.

Os números foram debatidos em audiência pública realizada pela Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara, em 10 de outubro. A atividade, que fez parte



Pedro Lenehr

Futuro ameaçado. Orçamento da Ciência foi discutido em audiência pública

da campanha Conhecimento sem Cortes, contou com a participação da Adufrj: “Os cortes afetam especialmente os laboratórios em função dos experimentos que implicam gastos com insumos e manutenção de equipamentos”, avaliou o professor Felipe Rosa, 2º tesoureiro do sindicato.

“É claro que 2017 terá um fechamento

difícil”, frisou o 2º vice-presidente da Adufrj, professor Eduardo Raupp. “Mas a redução prevista para 2018 será mais impactante porque a Emenda Constitucional do teto de gastos atingirá não só o orçamento direto da universidade, mas todas as políticas públicas”.

A reunião sobre o futuro da ciência contou com expressivo número de parlamentares. Para o deputado federal Celso Pansera (PMDB-RJ), o foco de pressão deve ser o ministro Gilberto Kassab (PSD):

“Ele é presidente do partido do ministro Henrique Meirelles, que é quem toma conta do dinheiro”, justificou.

Alessandro Molon (Rede-RJ) confrontou a narrativa da austeridade dos cortes: “Em época de crise, é preciso investir mais em ciência, tecnologia e inovação, para que o país crie alternativas”.

Palestra com

Rita Barradas

DIRETORA DE AVALIAÇÃO DA CAPES

30 out
14h

CT-2 (CGTEC) R. Moniz de Aragão, 360. Bloco 1. Cidade Universitária | Realização: Adufrj e SBPC

Contas atrasadas na UFRJ

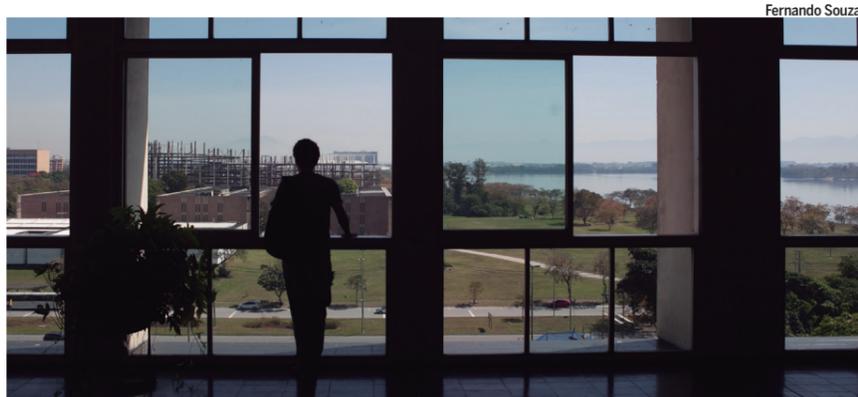
> **Dívidas estão acumuladas há dois meses. Só as bolsas estão em dia**

KELVIN MELO

kelvin@adufjr.org.br

A UFRJ está com um atraso de dois meses no pagamento de contratos e faturas das concessionárias. Apenas as bolsas estão em dia e garantidas até o final do ano. Esta é a situação da universidade após a última liberação de recursos do Ministério da Educação, no início do mês, informa o pró-reitor de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças, Roberto Gambine. E, para 2018, com um orçamento de custeio “congelado” na Proposta de Lei Orçamentária (PLOA), a tendência é piorar.

No último dia 5, o MEC anunciou o aumento de limite de empenho das universidades federais em 2017: de 80% para 85% do custeio e 50% para 60% do investimento. Para a UFRJ, isso representou pouco mais de R\$ 3 milhões de investimento e R\$ 16 milhões de custeio. Segundo Gambine, a verba apenas mantém a universidade funcionando e permite a compra de



Fernando Souza

No limite. Verbas anunciadas pelo governo no início do mês apenas mantêm universidade funcionando

alguns equipamentos e mobiliário para diversas unidades.

Para o próximo ano, a proposta orçamentária do governo indica a mesma verba de custeio e o mesmo limite para receitas próprias da universidade deste ano: aproximadamente R\$ 380 milhões, no total. “Do jeito que está, é a reprodução do que a gente recebeu em 2017. E que não é suficiente”, disse.

O primeiro problema é que as despesas correntes não ficam congeladas.

Outra dificuldade é que não está indicada na PLOA a verba de investimento. O dinheiro só seria liberado através de projetos que serão submetidos ao MEC, em uma inédita ação centralizadora do governo, critica o pró-reitor.

DEBATE NO CONSUNI

O orçamento da UFRJ será tema único de duas reuniões extraordinárias do Conselho Universitário: a primeira, em 30 de novembro; a segunda, em 7 de dezembro.

“ Em época de crise, é preciso investir mais em ciência, tecnologia e inovação, para que o país crie alternativas. Temos pressionado o governo e participado dos debates sobre o orçamento no Congresso, para que a área não sofra esse duro golpe. A campanha Conhecimento Sem Cortes é fundamental nessa disputa. Ela precisa continuar e, mais ainda, ser ampliada.



ALESSANDRO MOLON
Rede-RJ



CELSO PANSERA
PMDB-RJ

“ A política do governo parece ser a de manter a área de ciência e tecnologia a pão e água. Liberar o orçamento a conta-gotas para não parar totalmente. O ministro Gilberto Kassab é presidente do partido do ministro Henrique Meirelles, que é quem toma conta do dinheiro. Não é possível que eles não tenham uma conversa dentro do partido sobre as prioridades para o país.

SBPC contra cortes

> **Ciência recebe três vezes menos que em 2013**

As pesquisas brasileiras estão com um orçamento três vezes menor que há quatro anos. E as perspectivas para 2018 são ainda piores. O alerta é do presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e professor da Física da UFRJ, Ildeu de Castro Moreira. “Esse ano, ciência e tecnologia estão, na prática, com algo como R\$ 3 bilhões. Para uma comparação, em 2013, nosso orçamento era de R\$ 9 bilhões. Ou seja,

três vezes mais”, resume o professor.

Para 2018, o cenário é ainda mais preocupante. A previsão é de R\$ 2,7 bilhões, valor inferior até mesmo ao teto de gastos públicos. Entre os programas mais afetados pelos cortes, Ildeu destaca os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia. “Os editais de pesquisa são fundamentais. O de 2016 ainda não foi pago em grande parte. Em 2017, não houve. E o financiamento para 2018 está fortemente ameaçado”, lamenta.

ARTIGO

PERDEMOS CAPACIDADE DE GESTÃO

CARLOS FREDERICO ROCHA

Professor do Instituto de Economia

“ Nunca acreditei que pudéssemos gerir uma casa de espetáculos, como o Canecão, mas tinha convicção de que poderíamos gerir adequadamente nossas atividades acadêmicas. Nos últimos anos, perdemos capacidade de gestão, perdemos coesão em nossas decisões. Nossa universidade apresenta problemas sérios que devem ser debatidos e compreendidos por uma seção sindical. Esse é o caso das questões orçamentárias. É fundamental colocar que padecemos de falta de transparência no orçamento. É inconcebível que as contas não estejam online para que todos pudéssemos saber a origem e a direção dos gastos. A recorrente prática de aprovação de orçamentos deficitários é danosa. Impede a hierarquização de gastos e deixa

ao critério da Reitoria a escolha das contas que devem ser pagas. Um orçamento deficitário equivale a um cheque em branco.

No segundo número da Revista da Adufrj argumentamos pelo potencial uso de nosso patrimônio no financiamento de gastos da universidade. Esse potencial não poderá ser atingido mantidas a pouca flexibilidade orçamentária e a obrigatoriedade de passagem dos recursos pela Conta Única da União, que ferem frontalmente os princípios de autonomia universitária. Não é possível que a universidade seja gerida como uma repartição pública. É insustentável não só sob o ponto de vista orçamentário, mas acadêmico. Como transferir conhecimento para a sociedade com as amarras impostas é um desafio que não superaremos sem a mudança de concepção pública sobre o papel da universidade.

HOSPITAL: AGU DÁ RAZÃO À REITORIA

Um novo capítulo da disputa travada entre reitoria e direção do hospital Clementino Fraga Filho foi escrito essa semana. Depois de ter acusado o reitor de segurar recursos do hospital, provenientes do Fundo Nacional de Saúde, para pagar ilegalmente aos extraquadros, o diretor Eduardo Côrtes solicitou à Procuradoria Federal a mediação do conflito. No parecer divulgado no dia 23, a conclusão é que o pedido do diretor não tem sustentação jurídica.

De acordo com o procurador federal Jezihel Pena Lima, não existe pressuposto para a instauração de uma câmara de conciliação e arbitramento. Segundo a argumentação, para ser analisado, o conflito deve envolver órgãos “de duas ou mais entidades federais”.

Sobre a acusação de a universidade infringir a lei ao usar recursos do SUS para pagar extraquadros, a Procuradoria explicou que “não haveria qualquer ilegalidade”, já que o gasto com os extraquadros “constitui gasto com o custeio do hospital”.

Junto ao parecer, a reitoria divulgou uma nota na qual acusa Eduardo Côrtes de ter “desapreço pela autonomia universitária”. Considera, ainda, “antiética” a exposição de pacientes na sessão do Conselho Universitário de 14 de setembro. Na ocasião, Côrtes levou pacientes até o colegiado e afirmou que o hospital teria que fechar suas portas por falta de pagamento a funcionários.

R\$ 9 bilhões

Orçamento da Ciência e Tecnologia em 2013, quase três vezes maior que o atual

R\$ 3,2 bilhões

Verbas do MCTIC em 2017 após cortes no orçamento original de R\$ 5 bilhões

R\$ 2,7 bilhões

Ciência perde mais R\$ 500 milhões para 2018, na atual proposta orçamentária

R\$ 380 milhões

Orçamento “congelado” de custeio e receita própria da UFRJ previsto para 2018

R\$ 1 bilhão

A Capes perdeu este valor por ano desde 2015. À época, tinha R\$ 7 bilhões

R\$ 4,2 bilhões

Agência de fomento ligada ao MEC sofre nova redução no orçamento de 2018

PDV é canto de sereia

> **Governo Federal implementou programa para reduzir custos de pessoal. Advogada da Adufrj alerta que adesão não é vantajosa para docentes**

KELVIN MELO

kelvin@adufrrj.org.br

Muito cuidado com o Programa de Desligamento Voluntário anunciado pelo governo federal para reduzir os custos com pessoal. É o que afirma Ana Luisa Palmisciano, da assessoria jurídica da Adufrj. “É o canto da sereia”, diz. A portaria com o detalhamento da medida foi publicada em 12 de setembro e repassada oficialmente às unidades da UFRJ há poucos dias, em mensagem da Pró-reitoria de Pessoal. Professores e técnicos podem aderir ao PDV.

O programa oferece 1,25 salário por ano de efetivo exercício. Adesões serão aceitas até 31 de dezembro. Mas, aten-

ção: ninguém vai receber uma “bolada” após a exoneração. Diferentemente de outros programas semelhantes já feitos em empresas públicas, como BNDES e Petrobras, o servidor público que aderir vai receber o débito em cotas mensais, limitadas ao teto da remuneração atual. As parcelas estarão isentas de imposto de renda e contribuição previdenciária, pois têm caráter indenizatório. Mas determinados adicionais, como o de insalubridade, não são contados. “É muito pouco para abrir mão de uma carreira pública”, analisa a advogada.

A advogada também observa que todos os “pedidos de desligamento” precisam de aprovação das unidades acadêmicas e da reitoria da universidade. “Não é nada automático”, pondera Ana Luisa.

REITORIA PREPARA CARTILHA

A reitoria critica o programa do governo: “São medidas que fazem parte de um pacote de esvaziamento do Estado, do serviço público e, em especial, da Educação”, afirma o pró-reitor de Pessoal, Agnaldo Fernandes. A administração central prepara um material de propaganda contra o PDV. O texto deve ser divulgado em novembro.

A assessoria do Ministério do Planejamento informou que “ainda não é possível disponibilizar um balanço das adesões às medidas”. Questionada sobre o pagamento do programa em parcelas mensais, limitou-se a dizer: “O importante é que será assegurada ao servidor a indenização referente ao PDV e reforçamos que a adesão é opcional”.

SEMANA EM FOCO

NOTAS RÁPIDAS SOBRE O COTIDIANO DA UNIVERSIDADE

COTAV: RELATÓRIO DIA 31

■ Na próxima terça-feira, dia 31, às 10h, a Comissão Temporária de Alocação de Vagas (Cotav) apresentará seu relatório final de distribuição de vagas docentes entre as unidades. O documento será divulgado durante sessão conjunta dos conselhos de Ensino de Graduação e de Ensino para Graduados, no salão do Conselho Universitário. O pró-reitor de Graduação, Eduardo Serra, espera que o documento seja votado e aprovado no próprio dia 31. Depois, será a vez de o Conselho Universitário analisar o relatório. No Consuni, o debate está agendado para 16 de novembro. Atendendo à solicitação de conselheiros, a Pró-reitoria de Pessoal deverá apresentar, também, o detalhamento dos últimos concursos realizados sem Cotav.

EBA: ELEIÇÕES ESSE MÊS

■ Duas chapas disputam a direção da Escola de Belas Artes. A chapa 1 tem a professora Madalena Grimaldi como candidata a diretora. Já a chapa 2 tem como candidato a diretor o professor Marcus Dohmann. A eleição acontece nos dias 30 e 31 de outubro e 1 de novembro, na Faculdade de Letras.

MARTINHO É HONORIS CAUSA

■ O cantor e compositor Martinho da Vila vai receber da UFRJ o título Dr. Honoris Causa pela relevância de suas obras para a cultura nacional. A sessão solene do Conselho Universitário será realizada às 15h, no Auditório G1, da Faculdade de Letras, no dia 31. A decisão do Consuni ocorreu em setembro.

SINTUFRJ SOB NOVA DIREÇÃO



Isabella de Oliveira

■ Cerca de 300 pessoas lotaram o auditório do CCMN para assistir à posse da nova diretoria do Sintufrj. A diretoria da Adufrj participou da cerimônia. A presidente, Maria Lúcia Werneck, afirmou que a seção sindical atuará em conjunto com os servidores. “Conheço a Neuza e sei que a ela tem uma visão muito pertinente de universidade”, elogiou.